

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 11 de dezembro de 2025 às 08h22
Seleção de Notícias

Estado de Minas - Online | BR-MG

ABPI

INPI como agência reguladora: solução para o backlog?	3
COLUNISTAS	

Migalhas | BR-SP

10 de dezembro de 2025 | Propriedade Intelectual

MIGALHAS nº 6.246	5
AMANHECIDAS MIGALHAS	

BOL - Notícias | BR

10 de dezembro de 2025 | Marco regulatório | INPI

Filho e viúva de Chorão perdem os direitos da marca Charlie Brown Jr	13
EM SÃO PAULO 12 BRUNO RODRIGUES 10 COLABORAÇÃO PARA SPLASH	

Monitor Mercantil Digital online | BR-RJ

10 de dezembro de 2025 | Propriedade Intelectual

China acumulou 5 milhões de patentes de invenção, priorizando a qualidade em vez da quantidade	16
--	----

Revista Globo Rural Online | BR

10 de dezembro de 2025 | Marco regulatório | INPI

Lei isenta Embrapa de taxas para registro de patentes e proteção de pesquisas	17
AUTOR RAFAEL WALENDORFF	

INPI como agência reguladora: solução para o backlog?

COLUNISTAS



Quem atua na área da **propriedade** intelectual sofre, há anos, com o chamado backlog, relativo aos pedidos de registro de marcas e aos requerimentos de patentes

crédito: Pixabay/Divulgação

A média para a análise de um pedido de patente de uma invenção pelo **INPI** (**Instituto** de Propriedade Industrial) é de 10 anos. O prazo para a concessão do registro de uma marca é de 18 meses.

Não há dúvidas que essa morosidade pode inibir investimentos em estudos e tecnologia. Isso ocorre, principalmente em relação às patentes, já que o prazo máximo de vigência é de 20 anos, contados da data do depósito, mesmo que o **INPI** demore mais de uma década para concedê-la ou não. Além disso, diferentemente do que ocorre com as marcas, o prazo de vigência de uma patente não pode ser prorrogado.

Nos últimos anos, a autarquia adotou medidas pontuais para lidar com a questão, mas que não foram suficientes para alterar esse cenário.

Busca-se agora uma mudança ampla e estrutural para a solução ou redução desse e de outros problemas.

No mês passado (25/11), em um evento na sede da **ABPI** (Associação eira de **Propriedade** Intelectual), seu presidente apresentou um relatório de 120 páginas com uma proposta de Redesenho Institucional do **Instituto** da Propriedade Industrial.

A principal medida é transformá-lo em uma agência reguladora, que passará a se chamar Agência de **Propriedade** Intelectual (ANPI). De acordo com o relatório, essa alteração de natureza jurídica, pode garantir maior autonomia, principalmente orçamentária, mais governança e aumento de atribuições para o **INPI**, incluindo poder normativo e



Continuação: INPI como agência reguladora: solução para o backlog?

sancionador.

Consta no documento que o grupo de estudo que o elaborou se inspirou em modelos seguidos por escritórios estrangeiros de patentes e que a configuração final sugerida para a ANPI teve por base a estrutura da Anatel.

Siga nosso canal no WhatsApp e receba notícias relevantes para o seu dia

Essas alterações diminuiriam, então, o tempo de análise de patentes e registros de marca. O relatório aponta que a expectativa é reduzir de quatro para dois anos a concessão de pedidos de patentes e de 18 meses, para apenas um mês, o prazo para a decisão sobre um

pedido de registro de marca.

Para quem vive essa realidade, a projeção parece bastante otimista. O relatório, que contém uma minuta de Medida Provisória, está sob análise do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Sugestões e dúvidas podem ser enviadas para o e-mail lfelipeadvrr@gmail.com.

As opiniões expressas neste texto são de responsabilidade exclusiva do(a) autor(a) e não refletem, necessariamente, o posicionamento e a visão do Estado de Minas sobre o tema.

MIGALHAS nº 6.246

AMANHECIDAS



Quarta-Feira, 10 de dezembro de 2025 - Migalhas nº 6.246.

Fechamento às 07h54.

"É necessário que o poder inspire sempre o sumo respeito."

Eça de Queirós

Cortesia a toda prova

Alguns episódios recentes nas Cortes Superiores reacenderam o debate sobre a boa e velha urbanidade. Talvez seja o cansaço de fim de ano pregando peças, mas nada que comprometa: apenas lembretes de que, mesmo nos altos foros, bons modos não têm recasso.

1.

No Supremo, um advogado insistiu em se manifestar após ter sua questão de ordem rejeitada, gerando interrupção e exigindo intervenção do ministro Flávio Dino. ()

2.

Na 3ª turma do STJ, um advogado interrompeu repetidamente a leitura de voto da ministra Nancy, levando até advertência do presidente da turma, ministro Humberto Martins. ()

3.

Ainda na 3ª turma do STJ, ministro Humberto Martins chamou a atenção de advogado que pretendia
abpi.empauta.com

participar da sessão sem terno. O profissional, rapidamente, ajustou a indumentária. ()

4.

Ontem, a Polícia Legislativa protagonizou um lamentável episódio de agressão contra jornalistas que trabalham no Congresso. O presidente Hugo Motta esclareceu que não havia autorizado aquela atuação e, em gesto de respeito aos profissionais, pediu desculpas à imprensa.

O medo dá asas

Um advogado chegou atrasado ao julgamento no STJ após problema no sistema de freios da aeronave em que viajava. Ao agradecer a compreensão dos ministros, brincou: "Tinha mais medo do cliente do que do avião se eu não comparecesse". ()

Demolição confirmada

1ª turma do STJ confirmou demolição de imóvel erguido em área de preservação permanente, reforçando que a teoria do fato consumado não se aplica a ilícitos ambientais. ()

Da transferência, não da ciência

2ª turma do STJ decidiu que prazo para embargos de terceiro em execução conta a partir da transferência do bem, não da ciência da penhora. ()

Falso coletivo

3ª turma do STJ decidiu que é ilegal rescindir de imediato plano "falso coletivo" sem notificar previamente o beneficiário de boa-fé. ()

Qual vale?

3ª turma do STJ retomou julgamento sobre qual sen-

tença deve prevalecer quando duas decisões definitivas envolvem as mesmas partes e o mesmo contrato. O placar está empatado. ()

Post mortem

3ª turma do STJ manteve o reconhecimento de união estável póstuma entre um homem falecido e a companheira, rejeitando recurso do irmão do de cujus. ()

Pré-questionamento

Durante julgamento acima, ministra Daniela Teixeira chamou atenção para a extensa lista de dispositivos legais apontados pelo recorrente como supostamente violados. S. Exa. observou que o volume de referências, por si só, já evidenciava a ausência de debate prévio na instância de origem. "Fui advogada 27 anos e, quando a gente vê essa quantidade de artigo violado por um só acórdão, parece orégano: joga assim." ()

O nome já diz: ação de regresso

Empresa tomadora condenada subsidiariamente na Justiça do Trabalho só pode cobrar da terceirizada, em ação de regresso, os valores efetivamente pagos - ficando vedada a inclusão de verbas futuras ou eventuais. ()

Questão de fé

Igreja Universal não deve devolver a fiel doação de R\$ 101 mil feita em espécie e sem instrumento particular. Entendimento é da 3ª turma do STJ. Prevaleceu voto de Moura Ribeiro, segundo o qual liberalidades praticadas em contexto religioso não se submetem necessariamente à forma da doação civil típica. ()

Pescadores

3ª turma do STJ avançou no julgamento sobre a responsabilidade das usinas de Jirau e Santo Antônio por

prejuízos alegados por pescadores do Rio Madeira. Relatora, Daniela Teixeira, em novembro, votou por manter a condenação das empresas e foi acompanhada pela ministra Nancy Andrigli. Ontem, ministro Cueva abriu divergência, propondo anular o acórdão do TJ/RO por negativa de prestação jurisdicional e falta de exame adequado das provas - posição seguida por Humberto Martins. Com o empate, Moura Ribeiro pediu vista. ()

Direito de preferência

3ª turma do STJ confirmou que arrendatários só têm preferência na compra de imóvel rural quando atendem às exigências do Estatuto da Terra. ()

Acesso garantido

STJ condenou associação residencial por restringir a entrada de moradores não associados, impondo procedimentos mais rigorosos do que os aplicados aos associados. ()

Direito de ir e vir

Durante o julgamento anterior, ministro Raul Araújo fez intervenção contundente, classificando a conduta da associação como "absurdamente desarrazoada". ()

Indenização mantida

4ª turma do STJ manteve a condenação de R\$ 60 mil a ser paga por "Japa" à influenciadora Maju Trindade por divulgar em livro autobiográfico detalhes de relação íntima sem consentimento. ()

Culpa exclusiva

4ª turma do STJ reconheceu culpa exclusiva da vítima em golpe bancário e afastou a responsabilidade da instituição financeira. Para o relator, ministro Antonio Carlos Ferreira, a consumidora entregou voluntariamente seus dados e liberou acesso remoto à

conta, rompendo o nexa causal previsto no art. 14, §3º, do CDC. ()

Constrangimento ilegal

STJ trancou inquérito contra 46 pessoas - entre elas 28 advogados - que levaram ao CNJ denúncia sobre a falência da Laginha Agroindustrial. 5ª turma entendeu que faltaram os elementos do crime de denunciação caluniosa, reconhecendo que a investigação configurava constrangimento ilegal. ()

Pode entrar

5ª turma STJ valida busca domiciliar com consentimento da companheira do réu. ()

Solidez da jurisprudência

A sessão da 6ª turma do STJ foi marcada por forte divergência entre os ministros Rogerio Schietti e Antonio Saldanha Palheiro. Em debate estava a aplicação do Tema 1.258, que estabeleceu que o reconhecimento de pessoas - ainda que formalmente válido - não pode, sozinho, fundamentar condenação. ()

Natural

Como dito no início deste informativo, todos os operadores do Direito chegam a dezembro com o fôlego curto. No caso dos ministros, o quadro é ainda mais exigente: são milhares de processos julgados mês a mês, muitos deles de alta complexidade, envolvendo grandes interesses econômicos, políticos e sociais - e tudo isso sob permanente escrutínio público. Não é trivial. Ao contrário, há de se reconhecer que, apesar da exaustão natural do período, o colegiado segue entregando decisões em volume e densidade que poucos sistemas judiciais no mundo seriam capazes de produzir.

PL da dosimetria

Câmara aprovou projeto que reduz penas de Bolsonaro e outros condenados pelo 8 de janeiro. A proposta será enviada ao Senado. ()

Núcleo 2

1ª turma do STF iniciou o julgamento da ação que envolve seis acusados do chamado núcleo 2 da tentativa de golpe. PGR pediu a condenação do grupo, atribuindo a ele a "minuta do golpe". ()

Pedido absurdo

Durante o julgamento narrado na migalha anterior, ministro Alexandre de Moraes afirmou ser absurdo o pedido para que ministro Luiz Fux compusesse o julgamento do núcleo 2 da tentativa de golpe. ()

Verão sem canga

Ainda no julgamento do golpe, ao anunciar o intervalo para o almoço, Dino brincou que, embora o descanso previsto fosse de uma hora, preferia uma pausa menor - em colaboração com sua "necessária dieta". ()

Emendas Pix

Dino enviou à PF relatório da CGU que aponta irregularidades nas emendas Pix, incluindo falhas de contratação, transparência e rastreabilidade nos principais entes beneficiados. ()

Marco temporal das terras indígenas - Legislativo

Senado aprovou PEC 48/23, que insere na Constituição a tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas. Pelo texto, só teriam direito ao território os povos que estivessem ocupando ou em disputa pela posse em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Carta Magna. ()

Marco temporal das terras indígenas - Judiciário

STF retoma hoje julgamento das ações que discutem a constitucionalidade do marco temporal para demarcação de terras indígenas. Ministros analisarão ações relacionadas à lei 14.701/23. ()

Trilha sonora

Equipe de Beyoncé informou ter acionado a Justiça após o teaser de "Dark Horse", filme sobre Jair Bolsonaro, usar sem autorização a música "Survivor". A produção foi gravada em inglês sob sigilo e segue em pós-produção. ()

Socioafetividade

TJ/SP reconheceu maternidade socioafetiva pós-morte entre tia e sobrinha. Com isso, ficou confirmado o direito da autora de participar da sucessão. ()

Levou sem pagar

TRT-3 manteve a justa causa de empregada de supermercado por retirar produtos sem pagar. ()

Cobrança ilegal

Por falta de estudo técnico, juiz anulou cobrança de tarifa por poluição de restaurante. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Coluna

Família e Sucessões

Flávio Tartuce explica como indignidade e desherdação afastam herdeiros por condutas ilícitas ou imorais e como a reforma do CC inclui o abandono afetivo. ()

Registralhas

A tragédia no zoológico de João Pessoa evidencia falhas do sistema de incapacidades do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Vitor Frederico Kümpel e Ohanna de Freitas Perigo analisam como a falta de tutela estatal expõe vulneráveis a riscos. ()

Migalhas Notariais e Registrais

Tabeliã Fernanda Leitão discute ética notarial e a importância da prudência na tomada de decisões complexas. ()

Ordem na banca

Lara Selem alerta para a "inércia estratégica" que impede muitos escritórios de avançarem, apesar do alto volume de trabalho. ()

UMA Migalhas

Priscila Pamela Cesário dos Santos e Renata Rodrigues Amorim esclarecem que a transação tributária produz os mesmos efeitos penais do parcelamento, de modo que, quando requerida antes do oferecimento da denúncia, suspende a ação penal. ()

Meio de campo

Rodrigo R. Monteiro de Castro apresenta reflexões sobre a SAF, o clubismo e o futuro dos grandes times. ()

Migalhas de peso

- "Reflexos do golpe da falsa central de atendimento no Judiciário e nas instituições financeiras", por José Campello Torres Neto (Vivacqua Advogados). ()

- "O funcionário consular investiga um aplicante de visto para antes da entrevista?", por Mara Personi (Witer, Personi & Moore an International Law Corporation). ()

- "O anúncio da aquisição da Warner pela Netflix e a necessária análise concorrencial nos EUA", por Marina Stroppa (Mourão Campos Group). ()

- "Nova lei dos seguros e o fim das "pegadinhas" contratuais no campo: O que muda para o produtor?", por Leandro Amaral (Amaral e Melo Advogados). ()

- "A evolução das investigações internas nas empresas brasileiras", por Antônio Silvério Neto e André Coura (Coura e Silvério Neto Advogados). ()

- "Hard news: O que é e como se posicionar a partir delas", por Bruna Ferrão (M2 Comunicação Jurídica). ()

- "Comentários ao anteprojeto do Código de Processo do Trabalho: Da incompetência (arts. 42 a 44)", por Fábio Luiz (Pereira Advogados). ()

- "Crédito rural e recuperação judicial: O (des)equilíbrio entre reorganização e risco da exclusão financeira", por Eliézer Francisco Buzatto (Oliveira e Olivi Advogados Associados). ()

- "O dado como prova e como armadilha: Quando o CNJ, o Bacen e o Judiciário falam a mesma língua", por Viviane Ferreira (Parada Advogados). ()

- "Inteligência artificial turbinou o Direito", por Felipe Reis (Reis Advogados). ()

- "O preço invisível da improvisação: Por que a segurança jurídica é o novo ouro do empreendedorismo brasileiro", por Andréa Arruda Vaz (Andréa Arruda Vaz Advocacia). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiaadores de Migalhas

Advocacia

Ministro aposentado Aloysio Corrêa da Veiga pas-

sou a integrar a equipe do escritório Corrêa da Veiga Advogados, após 44 anos na magistratura e 27 no TS-T. O conhecimento em Direito do Trabalho e experiência institucional do advogado reforçam a atuação estratégica da banca. ()

Baú migalheiro

Há 105 anos, em 10 de dezembro de 1920, nasceu em Chechelnyk, na então Ucrânia, a escritora e jornalista Clarice Lispector, batizada como Chaya Pinkhasivna Lispector. De origem russo-judaica asquenazita, Clarice chegou ao Brasil ainda na infância, naturalizando-se brasileira em 1943. Reconhecida como uma das maiores escritoras da literatura brasileira do século XX, Clarice construiu uma obra singular, marcada pela introspecção psicológica, pela profundidade existencial e pela exploração da linguagem como expressão do ser. Entre seus livros mais consagrados estão *Perto do Coração Selvagem* (1943), *A Hora da Estrela* (1977) e *Laços de Família* (1960). (Compartilhe)

Sorteio

A obra "*Direito Penal da Recuperação e da Falência*" (Tirant Lo Blanch, 188p.), escrita por Nilo Batista (Nilo Batista Advogados Associados) e Antônio Sérgio Altieri de Moraes Pitombo (Moraes Pitombo Advogados), analisa os tipos penais relacionados à recuperação (extrajudicial e judicial) e à falência por meio de estudo sistemático. Participe do sorteio! ()

Novidades

Hoje, às 18h, acontece o lançamento do livro "*Direitos Humanos no Brasil 2025*", organizado por Daniela Stefano e Maria Luisa Mendonça. Rubens Naves (Rubens Naves Santos Jr. Advogados) faz parte do Conselho Consultivo da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, que coordena a publicação anual do livro. ()

Acontece amanhã, às 18h, em Brasília, o lançamento

da obra "Votos Particulares na Corte Interamericana de Direitos Humanos", de Rodrigo Mudrovitsch (Mudrovitsch Advogados). Dividido em dois volumes, o livro é uma publicação da Edições Câmara e foca na análise detalhada dos votos particulares emitidos pelo autor durante sua atuação como juiz na Corte Interamericana de Direitos Humanos no período de 2022 a 2024. () Bernardo Brauer, Livia Maia e Raul Murad, de Denis Borges Barbosa Advogados, são coautores na 2ª edição da obra "Direito Processual da **Propriedade** Intelectual", editada pela Revista dos Tribunais e coordenada pelos professores Pedro Marcos Nunes Barbosa e Georges Aboubd. O lançamento acontece amanhã, às 18h30, em SP (rua Argentina, 563, Jardim América). Foi lançada, na semana passada, em Washington/EUA, a 2ª edição do estudo "Global Suspension & Debarment" (). Fernando Rissoli Lobo Filho (F. Lobo Advogados) contribuiu com a parte referente ao Brasil. () O livro "Direito da Dívida Pública no Brasil", coordenado por José Maurício Conti, Donato Volkers Moutinho e Leandro Maciel do Nascimento, reúne especialistas de destaque, entre eles Guilherme Dolabella (Barreto Dolabella - Advogados), coautor que assina o capítulo dedicado à dívida ativa e ao planejamento, explorando pontos como intergeracionalidade e sustentabilidade. () Henrique Mourão Advocacia divulgou "Newsletter | Dezembro 2025". ()

Migalhíssimas

Presidente da OAB/RJ, Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados) vai proferir a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Direito e Processo Tributário", com o tema "Tributar Dividendos: Entre a Justiça Fiscal e a Segurança Jurídica". Amanhã, às 12h, pelo canal do YouTube mentoriaoabrij. () Eduardo Szazi (Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados) participa amanhã, em Curitiba, do "1º Encontro do Terceiro Setor", promovido pela Associação Evangelizar É Preciso. O advogado ministra a palestra "Cuidados jurídicos para o Terceiro Setor", abordando pontos essenciais

para o fortalecimento institucional das entidades. O encontro acontece das 18 às 22h, no Auditório Jesus das Santas Chagas. Sóstenes Marchezine, de Arnone Advogados Associados, apresentou palestra destacando a atuação do TCU em ESG durante o "Global GRC Summit 2025", realizado entre 3 e 5/12. () Professor Celso Lafer tomou posse na ABLJ - Academia Brasileira de Letras Jurídicas, na vaga do ministro José Carlos Moreira Alves, sendo saudado pelo acadêmico professor Tercio Sampaio Ferraz Jr. André Menescal Advogados foi reconhecido pelos prêmios: "Análise Advocacia 2026", edição "ITR - World Tax 2026" e "The Legal 500". ()

Podcast

Como a inteligência artificial, o design e as novas mentalidades podem transformar o acesso à Justiça e redefinir a prática jurídica no Brasil foi o tema central do último episódio da temporada do podcast "Geração Legal Tech", criado pela e-Xyon e voltado a debates sobre inovação no setor. A convidada foi Juliana Yue. ()

Arbitragem

A Escola CAMES, da CAMES Brasil, realizará no dia 15/12, às 18h, o webinar "Negociação, mediação e arbitragem envolvendo a Administração Pública". A transmissão será realizada pelo YouTube. ()

Combate à corrupção

CEO da SICPA América do Sul, Bruno Queiroga convida a uma reflexão sobre o papel das empresas na construção de um ambiente de negócios mais ético e transparente, em mensagem pelo Dia Internacional de Combate à Corrupção, celebrado ontem ()

Benefício

A advocacia fluminense acaba de ganhar mais um benefício importante. A partir de 1º de fevereiro de 2026, a OAB/RJ passará a oferecer aos advogados e

advogadas adimplentes atendimento odontológico por meio da Odontoprev. ()

Viva!

O ganhador da obra "Recurso Especial e Recurso Extraordinário Criminais" (Emais Editora, 282p.), escrita por Francisco Monteiro Rocha Júnior, é Rafael Sachi Gonçalves, do Rio de Janeiro/RJ. ()

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

GO/Doverlândia

GO/Faina

PI/São Raimundo Nonato

PR/Medianeira

TO/Arraias

TO/Tocantínia

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Why Cocaine Has Ecuador On Its Knees"

The Washington Post - EUA

"New U.S. strategy infuriates Europe"

Le Monde - França

"Les nuits blanches de Kiev sous la menace des bombes"

Corriere della Sera - Itália

"Trump, ultimatum a Kiev"

Le Figaro - França

"Lecornu sauve son budget grâce au PS et aux écologistes"

Clarín - Argentina

"Allanan la AFA y 18 clubes en la causa por lavado de dinero"

El País - Espanha

"Sentencia del Supremo sobre el ex fiscal general"

Público - Portugal

"Tribunal Constitucional só vai ter novos juízes depois das presidenciais"

Die Welt - Alemanha

"Die meisten europäischen Staaten verfallen"

The Guardian - Inglaterra

"PM urges Europe to curb human rights laws to halt rise of populism"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Projeto prevê pena menor para Bolsonaro; tempo

na prisão cai de 6 para 2 anos"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Motta pauta redução de penas de golpistas; confusão atrasa votação"

O Globo - Rio de Janeiro

"Câmara encaminha redução da pena de Jair Bolsonaro"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"O que muda na CNH a partir de hoje"

Correio Braziliense - Brasília

"A grandeza de Brasília em uma noite de homenagens"

Zero Hora - Porto Alegre

"Exames médicos para tirar CNH vão ficar 40% mais baratos; nova regra entra em vigor"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Deputados aprovam lei que pode reduzir pena de Bolsonaro"

Filho e viúva de Chorão perdem os direitos da marca Charlie Brown Jr



Alexandre Abrão, filho do cantor e compositor Chorão (1970-2013), e Graziela Gonçalves, viúva do músico, perderam os direitos da **propriedade** intelectual da marca Charlie Brown. O que aconteceu? O Instituto N

Alexandre Abrão, filho do cantor e compositor Chorão (1970-2013), e Graziela Gonçalves, viúva do músico, perderam os direitos da **propriedade** intelectual da marca Charlie Brown.

O que aconteceu? O Instituto Nacional de **Propriedade** Intelectual (**INPI**) anulou as titularidades de ambos, entendendo que a marca pertence somente à empresa norte-americana Peanuts Worldwide, detentora do personagem Charlie Brown, da turma do Snoopy.

Em 2022, Alexandre conseguiu registrar a marca da banda no **INPI**, dividindo a titularidade com a Peanuts.

Reportagem do UOL em fevereiro de 2024 noticiou a existência de um documento falso com supostas assinaturas de Alexandre e de uma representante da Peanuts, em que ela "autorizava" o compartilhamento do uso da marca com o filho de Chorão.

Dias após a reportagem do UOL, defesa de Alexandre reconheceu que o documento não era verdadeiro e alegou que o filho de Chorão havia sido vítima de um golpe, tendo sido enganado por uma

pessoa que se passou por representante da Peanuts. A versão foi contestada pelos músicos da banda, Marcão Britto e Thiago Castanho, que movem processo na Justiça contra Alexandre, filho único de Chorão.

Chorão não conseguiu ser o dono da marca Charlie Brown. Durante toda a trajetória de sucesso de Chorão à frente da banda Charlie Brown Jr, criada no começo dos anos 1990, ele nunca conseguiu a **propriedade** intelectual da marca Charlie Brown apesar de tentativas no **INPI**.

Em todas as solicitações feitas por Chorão ao longo dos anos, a resposta foi a de que a Peanuts não aceitava o compartilhamento da marca.

No entanto, quase dez anos após a morte de Chorão, Alexandre, filho único do cantor, obteve o registro da marca Charlie Brown Jr no **INPI**.

Na época, a Peanuts contestou a decisão e pediu a nulidade, informando não ter autorizado Alexandre a explorar o uso da marca no Brasil.

Durante o período de análise do requerimento da Peanuts no **INPI**, a viúva de Chorão também conseguiu o direito compartilhado da marca Charlie Brown no **INPI**, se juntando a Alexandre e Peanuts como detentores do uso da marca.

A solicitação feita pelos advogados de Grazi ao **INPI** foi amparada por determinação judicial de fevereiro de 2024, após ela e Alexandre se acertarem no Tribunal de São Paulo em relação à divisão da herança de Chorão. Ficou definido na Justiça que os direitos de imagem e produtos da banda seriam 55% para Alexandre e 45% para Graziela.

Em 2024, o **INPI** acatou ordem da Justiça e concedeu à viúva do cantor a cotitularidade dos direitos da marca.

Continuação: Filho e viúva de Chorão perdem os direitos da marca Charlie Brown Jr

No dia 25 de novembro de 2025, a "posse" da marca Charlie Brown voltou a ser exclusivamente da Peanuts. Em sua decisão, o **INPI** informou que "não são registráveis como marca os títulos que estejam protegidos pelo **direito** autoral e sejam suscetíveis de causar confusão ou associação, salvo com consentimento do autor ou titular", se baseando no Artigo 124 da Lei de **Propriedade** Intelectual (LPI).

Graziela Gonçalves viúva do cantor Chorão Imagem: Renato Parada/Divulgação

Em contato com o UOL na sexta-feira (5), Maurício Cury, advogado de Graziela Gonçalves, informou que o procedimento para obtenção da marca no **INPI** foi feito com assistência de representantes jurídicos de Alexandre, e que as partes irão se reunir para definir medidas contra a decisão. A reportagem entrou em contato na sexta-feira (5) com a advogada de Alexandre e aguarda posicionamento para atualização do conteúdo.

Filho de Chorão e integrantes do Charlie Brown Jr estão na Justiça. A questão envolvendo os direitos da marca Charlie Brown Jr acirrou a disputa na Justiça entre Alexandre com os músicos Marcão Britto e Thiago Castanho, integrantes da banda santista e que excursionam pelo país se apresentando com os remanescentes do grupo.

Os dois guitarristas acusavam Alexandre Abrão, até então detentor da marca Charlie Brown, de tentar impedir o uso do nome da banda nas redes sociais e em shows, assim como o uso de expressões ligadas ao nome da banda.

A Justiça de São Paulo, em 1ª e 2ª instâncias, autorizou os dois músicos a se apresentarem com nome semelhante ao da banda. Nas redes sociais, eles se identificam como "CBJR - Marcão Britto e Thiago Castanho".

Com as duas decisões judiciais favoráveis, a mais recente de abril deste ano, os músicos seguem cum-

prindo agenda de shows com a banda, agora sem conflito com Alexandre.

Agora, o jurídico de Marcão e Thiago tenta nos tribunais a possibilidade de usar o nome Charlie Brown Jr para divulgações em shows.

Além da questão do uso do nome do grupo em exposições musicais, Marcão e Thiago dizem na Justiça que também são donos da banda Charlie Brown Jr e negam ter vendido os direitos do grupo para Chorão, agora representado pelo herdeiro.

Ao UOL, o advogado de Marcão e Thiago Britto, Jorge Roque, enviou na sexta-feira (5) o comunicado abaixo:

"O **INPI** acertou em anular o registro da marca Charlie Brown Jr, uma vez que o Alexandre e a Graziela não herdaram tal marca, pois o Chorão não tinha o seu registro no **INPI**. Ele até tentou registrá-la quando era vivo, mas o **INPI** indeferiu o pedido em razão de o nome Charlie Brown ser de titularidade da Peanuts. Na decisão de agora, o **INPI** apenas restabeleceu o entendimento que já possuía anteriormente. Portanto, a marca não era do Chorão e também não pode ser do Alexandre.

O Marcão e Thiago veem a decisão do **INPI** como sendo muito positiva, pois isso só reforça o que eles vêm defendendo desde o início dos litígios judiciais: a ilegitimidade das tentativas do Alexandre de impedir o Marcão e o Thiago de usarem o nome Charlie Brown Jr na turnê. Como o Alexandre não é proprietário da marca (finalmente confirmado agora pelo **INPI**), ele não pode impedir sua utilização pelos músicos. Além disso, a banda se confunde com as próprias vidas pessoais e profissionais dos guitarristas, que também são coautores, ao lado do Chorão, dos inúmeros hits da banda, tendo contribuído para o enorme sucesso do grupo durante toda sua existência.

A Justiça já vem autorizando o Marcão e o Thiago a

Continuação: Filho e viúva de Chorão perdem os direitos da marca Charlie Brown Jr

usarem o nome Charlie Brown Jr, mas associado aos nomes deles, por se tratar de direito profissional e de personalidade dos guitarristas. Com essa decisão do **INPI**, abre-se a possibilidade de utilizarem o nome Charlie Brown Jr sem restrições, sem essa associação aos nomes, mas é algo que ainda está sendo avaliado e estudado. No geral, entendemos que a decisão do

INPI retirou completamente os direitos que o Alexandre alegava ter sobre a marca."

China acumulou 5 milhões de patentes de invenção, priorizando a qualidade em vez da quantidade

A China se tornou o primeiro país a acumular mais de 5 milhões de patentes de invenção domésticas válidas, e suas solicitações de patentes internacionais submetidas através do Tratado de Cooperação em Patentes (PCT) lideram globalmente por seis anos consecutivos, anunciou nesta terça-feira o principal órgão regulador de **propriedade** intelectual do país.

Um homem observa patentes concedidas na Royole, num centro de software em Shenzhen, na Província de Guangdong, sul da China, 13 nov, 2016. (Xinhua/Li Mingfang)

Beijing, 10 dezembro (Xinhua) - A China se tornou o primeiro país a acumular mais de 5 milhões de patentes de invenção domésticas válidas, e suas solicitações de patentes internacionais submetidas através do Tratado de Cooperação em Patentes (PCT) lideram globalmente por seis anos consecutivos, anunciou nesta terça-feira o principal órgão regulador de **propriedade** intelectual do país.

Até junho de 2025, o número de patentes de invenção de alto valor por 10 mil pessoas na China atingiu 15,3, superando antecipadamente a meta de 12 estabelecida no 14º Plano Quinquenal (2021-2025), de acordo com a Administração Nacional de

Propriedade Intelectual da China (CNIPA, sigla em inglês).

A taxa de transferência de tecnologia entre universidades e instituições de pesquisa tem aumentado constantemente. Notavelmente, a taxa de industrialização de patentes de invenção empresariais subiu de 44,9% em 2020 para 53,3% em 2024.

Durante o período do 14º Plano Quinquenal, o cenário de **propriedade** intelectual da China passou por uma mudança estratégica, da ênfase na acumulação quantitativa para a busca de aprimoramento qualitativo, segundo a CNIPA.

Espaço Publicitário

Essa transição acelerou a comercialização de patentes de alto valor, ilustrando o desenvolvimento impulsionado pela inovação do país e estabelecendo uma base sólida para alcançar maior autossuficiência e fortalecimento em ciência e tecnologia no próximo período do 15º Plano Quinquenal (2026-2030). Fim

Xinhua Silk Road Agência De Notícias Oficial Do Governo Da República Popular Da China.

Lei isenta Embrapa de taxas para registro de patentes e proteção de pesquisas



Benefício cobra valores pagos ao Sistema Nacional de Proteção de Cultivares, **INPI**, Ibama) e Anvisa. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta quarta-feira (10/12) a lei que isenta a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) do pagamento de taxas e de contribuições por serviços prestados, cobradas pelos órgãos reguladores, incidentes sobre os seus pedidos de registro de patentes e proteção de experimentos de pesquisa, produtos e tecnologias geradas.

São taxas devidas ao Sistema Nacional de Proteção de Cultivares, ao **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**), ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A isenção estava prevista no projeto de lei 2.694/2021, vetado integralmente pelo presidente Lula recentemente. O veto, porém, foi rejeitado pelo Congresso Nacional em sessão conjunta na quinta-feira passada (4/12).

Ao vetar o projeto, o governo considerou que a ini-

ciativa "contraria o interesse público ao instituir benefício de natureza tributária sem apresentar medida compensatória, estimativa de impacto orçamentário-financeiro e cláusula de vigência". Segundo a justificativa, isso reduziria as receitas oriundas de taxas e de contribuições e afetaria o equilíbrio financeiro das entidades, além de estar em desacordo com a legislação em vigor, alegou o governo.

A lei diz que, para obter a isenção, a Embrapa deverá apresentar aos órgãos os documentos exigíveis pela legislação aplicável, a cada pedido que venha a efetuar.

Índice remissivo de assuntos

ABPI

3

Propriedade Intelectual

3, 5, 13, 16

Marco regulatório | INPI

3, 13, 17

Propriedade Industrial

3, 17

Direitos Autorais

13